

**Uma missão abolicionista britânica no Brasil e as relações entre a British and Foreign Anti-Slavery Society e a Sociedade contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização e Civilização dos Indígenas**

A British abolitionist mission in Brazil and the relationship between the British and Foreign Anti-Slavery Society and the Sociedade contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização e Civilização dos Indígenas

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320171508>

---

**Henrique Antonio Ré**

Universidade de São Paulo – USP, São Paulo – SP, Brasil

henrique.re@usp.br

---

**Resumo:** Em 1852, uma missão quacre visitou o Brasil para entregar ao Imperador um *Memorial* contra a escravidão e o tráfico de escravos, elaborado pela Sociedade Religiosa dos Amigos da Grã-Bretanha e Irlanda. Essa missão favoreceu o contato entre a recém-criada Sociedade contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização e Civilização Indígena (SCT) e a Sociedade Abolicionista Britânica e Estrangeira (BFASS). O artigo explora como o nascente antiescravismo brasileiro soube se aproveitar do prestígio da instituição britânica, mas ao mesmo tempo manteve uma linha de atuação independente.

**Abstract:** In 1852, a Quaker mission visited Brazil to deliver to the Emperor a *Memorial* against the slavery and the slave trade, prepared by the Religious Society of Friends of Great Britain and Ireland. This mission favored the contact between the newly created Sociedade contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização e Civilização Indígena (SCT) and the British and Foreign Anti-Slavery Society (BFASS). The article explores how the nascent Brazilian antislavery took advantage of the prestigious British institution, but at the same time maintained its autonomy.

**Palavras-chave:** escravidão; tráfico de escravos; abolicionismo.

**Keywords:** slavery; slave trade; abolitionism.

## Introdução

Em outubro de 1852, uma missão abolicionista<sup>1</sup> quacre, organizada pela Sociedade Religiosa dos Amigos da Grã-Bretanha e Irlanda, desembarcou no Rio de Janeiro para entregar um *Memorial* ao Imperador brasileiro. Esse documento havia sido elaborado pelo *Meeting for Sufferings* de Londres, em 1849, e foi entregue a vários soberanos cristãos que ainda mantinham a escravidão em seus domínios.<sup>2</sup> A delegação quacre permaneceu no Brasil por aproximadamente dois meses, quando visitou as províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Alagoas e Pernambuco.

Além do *Memorial*, a missão deixou outros escritos, que são imprescindíveis para a compreensão do episódio. O principal deles é a *Narrative of a recent visit to Brazil*, redigida por dois integrantes da missão e publicada em 1853. Também foi publicado, em 1854, um resumo do evento, que apresentava minúcias burocráticas da viagem – uma espécie de prestação de contas da Sociedade Religiosa dos Amigos sobre as inúmeras delegações enviadas aos países cristãos que ainda mantinham a escravidão. Além desses dois textos,

<sup>1</sup> Há aqui uma questão terminológica importante. Segundo David Brion Davis, "'Abolicionismo' é um termo mais específico que antiescravismo, e não há dúvida de que poderia ser confinado à doutrina de que a escravidão devia ser abolida, em oposição à esperança que, no fim das contas, ela desapareceria como resultado de causas naturais". Seymour Drescher concorda com a definição de Davis: "Abolicionismo denota [...] uma mobilização coletiva que visava a enfraquecer ou destruir a escravidão onde quer que ela tenha se tornado um projeto politicamente factível". Cf. DAVIS, David Brion. *Antislavery or Abolitionism. Reviews in American History*, v. 1, n. 1, mar., 1973, p. 97-98; DRESCHER, Seymour. *Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p.121. Nesse sentido, como se poderá observar adiante, a missão quacre possuía um caráter claramente abolicionista. Por outro lado, os agentes brasileiros da SCT que lutavam contra a escravidão são considerados como antiescravistas, pois não defendiam a sua extinção imediata.

<sup>2</sup> O *Meeting for Sufferings* era o comitê executivo da Assembleia Anual da Sociedade Religiosa dos Amigos, ou seja, da igreja quacre. A história do *Meeting for Sufferings* se remete aos finais do século XVII, quando os quacres – ou Amigos, como eles mesmos se referiam aos demais membros do grupo – eram constantemente perseguidos por se recusar a pagar o dízimo à Igreja Anglicana e a prestar juramentos em tribunais. Já no século XVII, os quacres montaram uma rede de assembleias que favoreceu os contatos com os demais grupos de áreas vizinhas, pavimentou a resistência contra os perseguidores e promoveu o seu fortalecimento econômico. Do final do século XVIII em diante, essa rede de assembleias foi mobilizada contra a escravidão, e constituiu a espinha dorsal do movimento abolicionista britânico até a Guerra Civil Norte-Americana. Cf. TEMPERLEY, Howard. *British Antislavery, 1833-70*. Columbia: University of South Carolina Press, 1972. p. 2.

também foram publicadas resenhas sobre a *Narrative of a recent visit to Brazil* e depoimentos de um dos integrantes da missão sobre a situação da escravidão no Brasil.<sup>3</sup>

Embora tivesse sido patrocinada pela Sociedade Religiosa dos Amigos, a visita dos quacres abriu as portas para o contato da Sociedade Abolicionista Britânica e Estrangeira (BFASS) com a Sociedade contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização e Civilização dos Indígenas (SCT), que havia sido criada no Rio de Janeiro em 1850.

A BFASS foi fundada em Londres, em 1839, e se tornou a sociedade abolicionista mais importante da era vitoriana. Ela existiu sob esta designação até 1909, quando se fundiu com a Sociedade de Proteção aos Aborígenes e persiste até hoje, sendo considerada a mais longeva instituição defensora dos direitos humanos.

A historiografia já investigou o auxílio da BFASS ao abolicionismo brasileiro da década de 1880, principalmente sua coligação com Joaquim Nabuco. Em geral, a estratégia posta em prática naquele momento por esta aliança consistia em divulgar no periódico da BFASS, o *Anti-Slavery Reporter*, os acontecimentos abolicionistas mais relevantes ocorridos no Brasil e, desse modo, promover os brasileiros envolvidos na causa. Por outro lado, os abolicionistas brasileiros utilizavam a repercussão no *Reporter* como fator de prestígio e legitimação, uma vez que este periódico era considerado o maior órgão mundial da imprensa abolicionista.<sup>4</sup>

Também já são conhecidas da historiografia as petições e congratulações enviadas pela BFASS às autoridades brasileiras e aos membros da família imperial. Esses escritos são uma fonte relevante de evidências de que as medidas contra a escravidão do início da década de 1870, principalmente a chamada Lei do Ventre-Livre, não foram uma resposta somente à pressão externa da Junta de Emancipação Francesa. Sem entrar no mérito dos motivos internos que levaram o Império a adotar a lei do ventre-livre, a BFASS, praticamente desde sua fundação, exerceu pressão para que o Império brasileiro adotasse

---

<sup>3</sup> CANDLER, John; BURGESS, Wilson. *Narrative of a recent visit to Brazil by John Candler and Wilson Burgess, to present an address on the slave-trade and slavery; issued by the Religious Society of Friends*. London: Edward Marsh, 1853; sobre os resumos das missões encarregadas de entregar o *Memorial*, ver *Narrative of the Presentation to Sovereigns and those in Authority of the Address of the Yearly Meeting on the Slave-Trade and Slavery*. London: Edward Newman, 1854; sobre a repercussão da missão ao Brasil, ver *Anti-Slavery Reporter*, 1 de março de 1853, p. 58 e 1 de agosto de 1853, p. 189-91.

<sup>4</sup> Ver ROCHA, Antonio Penalves. *Abolicionistas brasileiros e ingleses: a coligação entre Joaquim Nabuco e a British and Foreign Anti-Slavery Society (1880-1902)*. São Paulo: Editora da Unesp, 2009; BETHELL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de. *Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos*. Correspondência, 1880-1905. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

medidas contra a escravidão, e sua primeira mensagem ao governo brasileiro foi em 1843, por ocasião do segundo Congresso Abolicionista Mundial.<sup>5</sup>

Mais recentemente, outra pesquisa destacou as ligações que alguns abolicionistas brasileiros mantiveram com a BFASS a partir da década de 1860. O que se verifica neste caso, mais uma vez, é a prevalência do mesmo *modus operandi* que a historiografia já havia apontado em relação ao auxílio da BFASS aos abolicionistas brasileiros da década de 1880: o *Anti-Slavery Reporter* divulgava episódios que retratavam a situação da escravidão brasileira, de forma a promover o sentimento abolicionista no Brasil e enaltecer os defensores da causa. Essa mesma pesquisa, brevemente, também indicou que a SCT, na década de 1850, estabeleceu relação com a BFASS e "começou a promover *meetings*, modelados nas reuniões públicas inglesas. O abolicionismo brasileiro esteve desde aí vinculado à rede estrangeira".<sup>6</sup>

Seguindo essa mesma linha historiográfica, que valoriza as ligações entre o abolicionismo britânico e o antiescravismo/abolicionismo brasileiro, este artigo pretende explicitar como a missão organizada pela Sociedade Religiosa dos Amigos, que visitou o Brasil em 1852, favoreceu o contato posterior entre a BFASS e a SCT, e como a entidade britânica tentou exercer influência sobre o antiescravismo brasileiro institucionalizado. A partir dessas informações, associadas aos conhecimentos historiográficos já disponíveis sobre a atuação direta do Estado britânico, que financiava e subornava a imprensa e as autoridades brasileiras, será possível indicar como os britânicos atuaram em várias frentes – além da militar – para estimular a difusão do sentimento abolicionista na sociedade brasileira. Por último, o artigo também pretende evidenciar que o antiescravismo brasileiro

---

<sup>5</sup> Sobre a primeira petição da BFASS ao governo brasileiro, ver *Proceedings of the General Anti-Slavery Convention, Called by the Committee of the British and Foreign Anti-Slavery Society and held in London, from Tuesday, June 13<sup>th</sup> to Tuesday, June 20<sup>th</sup> 1843*. London: British and Foreign Anti-Slavery Society, 1843. p. 322; sobre as demais petições, ver ROCHA, Antonio Penalves. *Op. cit.*, Apêndices. Sobre a relação da carta enviada pela Junta de Emancipação francesa e a Lei do Ventre-Livre, ver NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Londres: Abraham Kingdon, 1883. p. 63-67; COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4. ed. São Paulo: Unesp, 1998. p. 447; CARNEIRO, Édison. A Lei do Ventre-livre. *Afro-Ásia*, n. 13, 1980. p. 20 (original de 1971); SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013. p. 131. Angela Alonso menciona as petições enviadas pela BFASS ao Imperador e ao Conde D'Eu em 1869-70. Ver ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro 1868-88*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 44. Sobre o envio de uma missão abolicionista secreta ao Brasil, organizada pela BFASS no primeiro ano de sua fundação, ver RÉ, Henrique Antonio. Missão nos Brasis: a BFASS e a organização de uma missão abolicionista secreta ao Brasil no início da década de 1840. *Revista de História*, n. 174, jan.-jun., 2016, p. 66-100.

<sup>6</sup> ALONSO, Angela. *Op. cit.*, p. 34.

da década de 1850, embora subornado pelo dinheiro britânico, procurou definir sua linha de atuação de forma relativamente independente.

### A atuação internacional do movimento abolicionista britânico

Após os sucessos das campanhas que levaram ao fim da escravidão nas colônias das Índias Ocidentais, em 1838, o movimento abolicionista britânico se viu diante de duas alternativas. A primeira delas consistia em restringir suas atuações ao Império Britânico – fiscalizar a situação dos ex-escravos nas Índias Ocidentais e pressionar o governo para solucionar a questão da escravidão nas Índias Orientais. A segunda consistia em internacionalizar o movimento e promover a luta contra o tráfico e a escravidão no mundo todo. Esta última alternativa prevaleceu.<sup>7</sup>

E a principal entidade da sociedade civil britânica a colocá-la em prática foi a BFASS. Criada em 1839, essa instituição estampou em seu próprio nome o internacionalismo que fazia parte de suas ações. O Art. II de seu *Estatuto* deixava explícito esse propósito: "os objetivos desta Sociedade serão a extinção universal da escravidão e do tráfico..."<sup>8</sup>

É necessário, entretanto, explicitar o que este artigo significava naquele momento para o abolicionismo britânico. No início do século XIX, os esforços abolicionistas se concentraram no combate ao tráfico, porque acreditavam que o seu desmantelamento acarretaria o estrangulamento da oferta de escravos e, conseqüentemente, a extinção da escravidão. Mas, na década de 1830, a estratégia foi alterada. Após décadas de repressão do Estado britânico ao tráfico, os abolicionistas se deram conta de que ele não diminuiria; ao contrário, acreditava-se que ele estava em seu ápice. Então, passaram a defender que a extinção da oferta dependia da extinção da demanda de escravos, ou seja, da abolição da escravidão.

A fim de extinguir a demanda, a BFASS adotou como uma de suas principais estratégias o incentivo à criação de sociedades abolicionistas nos países escravistas e o estabelecimento de correspondentes que pudessem enviar informações sobre o assunto para a sua sede em Londres, informações estas que seriam divulgadas pelo *Anti-Slavery Reporter*. Ao aplicar esta estratégia, a BFASS não só se consolidava como a principal

<sup>7</sup> TEMPERLEY, Howard. *British Antislavery*, p. xi, xii; HUZZEY, Richard. *Freedom Burning: anti slavery and Empire in Victorian Britain*. Ithaca: Cornell University Press, 2012, p. 12.

<sup>8</sup> *British and Foreign Anti-Slavery Society for the abolition of Slavery and Slave-trade throughout the World*. Address. London: Johnston and Barrett, s.d., p. 1. Embora o *Estatuto* da BFASS não possua data de publicação, ele foi elaborado em 1839.

entidade abolicionista mundial, como também prestigiava as entidades ou correspondentes individuais que a auxiliavam.

A atuação da BFASS, entretanto, era pautada pela estrita observação do pacifismo. Desde sua fundação, o seu comitê executivo era formado majoritariamente por quacres, que eram os maiores responsáveis pela manutenção financeira da entidade e, portanto, estabeleciam suas principais diretrizes. Como os quacres moldavam suas ações pelo pacifismo, a BFASS jamais aceitou que seu abolicionismo referendasse medidas que envolvessem violência. Um dos maiores exemplos deste posicionamento foi a sua desaprovação da política britânica, que utilizou a força para reprimir o tráfico ilegal brasileiro em 1850.

Deste modo, sua atuação baseava-se na denúncia, tanto na Inglaterra quanto no resto do mundo, do caráter maléfico da escravidão, na medida em que ela contrariava a religião, a justiça social e o progresso econômico, e cuja extinção seria o pré-requisito para o avanço da humanidade. Obviamente, tal estratégia de persuasão envolvia ações com vistas a manter o sentimento abolicionista britânico em efervescência e, ao mesmo tempo, demandava esforços para despertar esse sentimento nas nações estrangeiras em que a escravidão ainda era referendada pela população ou pelo governo.

Por isso, na década de 1850, tão logo tomou conhecimento da existência da SCT, graças à visita da delegação quacre, a BFASS se colocou à disposição para estabelecer contatos e trocar informações. Esses contatos ocorreram por aproximadamente três anos, e a correspondência entre as duas instituições indica que a SCT considerava tais contatos como fonte de prestígio e legitimação. Todavia, ao perceber que a BFASS assumiu uma postura impositiva, a SCT fez questão de frisar que formulava suas propostas contra a escravidão a partir da conjuntura e da realidade brasileira, e não em modelos estrangeiros.

### A visita da delegação quacre ao Brasil

Após trinta dias de viagem, em 9 de outubro de 1852, chegaram ao Rio de Janeiro os quacres John Candler, Maria Knight Candler e Wilson Burgess com a missão de entregar ao Imperador um *Memorial* contra o tráfico de escravos e a favor da extinção da escravidão. Mas esta não era sua única tarefa, pois a delegação também pretendia apurar as condições da escravidão brasileira, mais precisamente os aspectos relativos à manutenção dos escravos: a alimentação, os castigos e as condições de trabalho. Os visitantes quacres também estavam interessados em avaliar a extensão do sentimento

abolicionista da população e levantar dados sobre a situação econômica do Império, seus principais produtos de exportação e importação.

Em relação aos integrantes da delegação, Wilson Burgess era um nome pouco expressivo do movimento abolicionista britânico, e são escassas as informações a seu respeito. Maria Knight Candler, esposa de John Candler, pertencia a uma família de abolicionistas de Chelmsford, cuja figura de maior expressão era sua irmã, Anne Knight, que desde os anos 1830 se envolveu nas campanhas abolicionistas e, na década seguinte, na Anti-Corn Law League (Liga contra a Lei dos Cereais) e no Movimento Pacifista.<sup>9</sup> Já John Candler era um personagem destacado no movimento abolicionista e na Sociedade Religiosa dos Amigos. No final da década de 1830, juntamente com outros quacres, ele viajou pelas Índias Ocidentais britânicas para avaliar os efeitos da abolição da escravidão naquelas colônias. Nessa ocasião, Candler também visitou o Haiti, onde permaneceu por mais de três meses. Em abril de 1852, pouco antes de visitar o Brasil, Candler e Robert Were Fox foram os responsáveis pela entrega do *Memorial* à rainha de Portugal. Posteriormente, em 1853-1854, Candler também participou da missão aos Estados Unidos que entregou o mesmo documento ao presidente Franklin Pierce. Enfim, John Candler era um abolicionista bastante experiente, familiarizado com os sistemas escravistas de boa parte das Américas e escreveu várias obras relatando suas viagens.<sup>10</sup>

A vinda da delegação quacre ao Brasil não foi um acontecimento inesperado, pois os viajantes traziam carta de recomendação do embaixador brasileiro em Londres ao ministro dos Negócios Estrangeiros e carta do ministro das Relações Exteriores da Grã-Bretanha para o seu embaixador no Rio de Janeiro. Claramente, havia uma mobilização diplomática por trás do evento. O teor do documento a ser entregue ao Imperador também não era desconhecido, pois o mesmo já havia sido publicado pela imprensa internacional e o ministro brasileiro dos Negócios Estrangeiros, Paulino José Soares de Souza, já havia lido a tradução do *Memorial* no *Diário do Governo*, de Lisboa.<sup>11</sup> Desta forma, o governo brasileiro estava preparado para receber os visitantes, tanto que já havia

<sup>9</sup> MIDGLEY, Clare. *Women Against Slavery: the British Campaigns, 1780-1870*. London: Routledge, 1992. p. 76; CRAWFORD, Elizabeth. *The Women's Suffrage Movement: a Reference Guide, 1866-1928*. London: UCL Press, 1999. p. 327.

<sup>10</sup> Ver CANDLER, John. *West Indies. Extracts from the Journal of John Candler, whilst travelling in Jamaica*. Part I. London: Harvey and Darton, 1840; Idem. *West Indies. Extracts from the Journal of John Candler, whilst travelling in Jamaica*. Part II. London: Harvey and Darton, 1841; Idem. *Brief Notices of Hayti: with its conditions, resources and prospects*. London: Thomas Ward and Co., 1842; sobre a missão de Candler nos Estados Unidos, ver a coletânea de suas cartas, organizada por THORNBROUGH, Gayle (ed.). *A Friendly Mission: John Candler's letters from America - 1853-1854*. Indiana: Indiana Historical Society, 1951.

<sup>11</sup> CANDLER, John; BURGESS, Wilson. *Narrative of a recent visit to Brazil*. p. 14.

elaborado previamente sua versão para o episódio. Ela consistia em esconder do público o verdadeiro conteúdo do documento e tratar a visita como uma mera congratulação pela extinção do tráfico de escravos, iniciada com a lei de 4 de setembro de 1850.

Uma semana após a chegada da delegação, Candler e Burgess foram recebidos no paço de São Cristóvão e expuseram pessoalmente ao Imperador o motivo de sua visita:

Talvez possamos agradar o imperador se nos for permitido explicar brevemente a causa da nossa vinda ao Brasil. Somos membros da Sociedade dos Amigos na Inglaterra. Há muito tempo, essa Sociedade tem sentido uma profunda simpatia pelos sofrimentos que a existência do tráfico de escravos em diferentes países tem causado à África, e também deplora a continuidade da escravidão. Tocada por esse sentimento, ela acreditou que tinha o dever religioso de preparar um *Memorial aos Soberanos e Governantes das Nações Cristãs* sobre o assunto. Esse *Memorial* foi apresentado a muitas cortes da Europa; e nos foi delegada a missão de apresentá-lo ao imperador do Brasil.<sup>12</sup>

O Governo brasileiro, de forma rápida e eficiente, atuou na imprensa para dar outra versão ao episódio. E os quacres logo perceberam que as notas dos jornais do Rio de Janeiro, que anunciavam a sua visita, traziam as mesmas expressões de uma mensagem, em francês, que lhes foi encaminhada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.<sup>13</sup>

Assim, em 13 de outubro de 1852, o *Correio Mercantil* noticiava que a Sociedade Religiosa de Londres enviara uma comissão, composta pelos senhores Wilson Burgess, John Candler e Mme. Candler, para cumprimentar o Imperador "pelas medidas tomadas para a repressão do tráfico". Cinco dias depois, o mesmo periódico noticiava que no último dia 16, o Imperador recebeu no paço de São Cristóvão os Srs. John Candler e Wilson Burgess, que vieram ao Brasil "com o fim de felicitar o mesmo augusto senhor pelas medidas empregadas pelo seu governo para a repressão do tráfico". No dia 21 de outubro, o *Correio Mercantil* retomou o assunto ao informar que a delegação quacre havia apresentado ao Imperador no último dia 16 "uma exposição contra o tráfico de africanos" e reproduziu os dois últimos parágrafos do documento, justamente os mais insípidos, nos quais não havia nenhuma menção ao fim da escravidão. O *Jornal do Commercio* também informou aos seus leitores que o Imperador havia recebido a delegação da Sociedade dos Amigos, que o felicitou "pela quase extinção do tráfico no Brasil".<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 18.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>14</sup> *Correio Mercantil*, 13, 18 e 21 de outubro de 1852; *Jornal do Commercio*, 20 de outubro de 1852. Todas as referências estão na página 1 de cada exemplar.



Entretanto, os quacres esclareceram que, embora tivessem percebido o expediente da imprensa de alterar os verdadeiros motivos de sua viagem e o teor do documento entregue ao Imperador, eles não se opuseram frontalmente:

Para nós, bastava o fato de que o *Memorial*, que estávamos encarregados de apresentar às autoridades e de divulgar, continha uma firme condenação à escravidão por se tratar de uma instituição anticristã e, portanto, não nos esforçamos para corrigir publicamente o equívoco dos jornais, embora tenhamos feito isso em conversas privadas.<sup>15</sup>

De todo modo, ao entregar o *Memorial* ao Imperador, a primeira parte da missão estava cumprida. Agora, além de coletar as demais informações, restava divulgar o conteúdo do documento e expor os motivos da missão. Para a consecução dos dois últimos objetivos, os quacres puderam contar com a colaboração da recém-criada SCT. Em 10 e 11 de novembro, essa sociedade lançou um comunicado no *Correio Mercantil* convidando os sócios e demais interessados para participar de uma sessão extraordinária com os "emissários de fundos da sociedade Religiosa dos Amigos da Grã-Bretanha e Irlanda". Ciceroneados pelo Visconde de Barbacena e tendo como tradutor o chefe da alfândega do Rio de Janeiro, Leopoldo da Câmara, os quacres expuseram os motivos de sua visita e defenderam seus pontos de vista sobre o tráfico e a escravidão. Esse encontro foi relatado na *Narrative of a recent visit to Brazil...* e certamente agradou aos visitantes saber que a meta da SCT "era promover a abolição da escravidão".<sup>16</sup>

Três dias depois desta reunião, os quacres deixaram o Rio de Janeiro rumo à Bahia. Em todo o seu périplo pelo Brasil eles contaram com uma rede de conterrâneos colaboradores, que foram acionados previamente na Grã-Bretanha ou no Brasil. Foi assim que puderam viajar por várias localidades na província do Rio de Janeiro, mas também em Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, sempre podendo contar com hospedagens amigáveis e anfitriões simpáticos à causa abolicionista.

Na Bahia e em Pernambuco, tal como já haviam feito no Rio de Janeiro, os quacres procuraram estabelecer contato com as principais autoridades políticas. Além desses contatos, a delegação quacre teve oportunidade de conhecer de perto fazendas, minas, engenhos, armazéns e portos nos quais o trabalho escravo era predominante. Também

<sup>15</sup> CANDLER, John; BURGESS, Wilson. *Op. cit.*, p. 14.

<sup>16</sup> *Correio Mercantil*, 10 e 11 de novembro de 1852. p. 1 e 3, respectivamente; CANDLER, John; BURGESS, Wilson. *Op. cit.*, p. 42 e segs. Não foi possível descobrir porque a SCT tratou os quacres como "emissários de fundos", uma vez que eles evidentemente não vieram ao Brasil com esse propósito.

foram apresentados a ricos fazendeiros, comerciantes e até mesmo traficantes de escravos. Na Cidade da Bahia chegaram a usufruir diretamente do trabalho escravo ao serem transportados como passageiros de cadeirinhas, em suas andanças entre a Cidade Baixa e a Alta.

Os quacres, por meio de contatos com representantes consulares britânicos, também tiveram acesso a informações detalhadas sobre a produção de inúmeros itens de exportação, a produtividade do trabalho escravo em relação ao livre, e os impostos de diversos produtos. Ao expor esses dados na *Narrative of a recent visit to Brazil...*, eles sempre tiveram a preocupação de estabelecer uma correlação entre o Brasil e as Índias Ocidentais britânicas ou a própria Grã-Bretanha, a fim de convencer seus leitores da superioridade e maior eficiência do trabalho livre em relação ao escravo.

Embora a *Narrative of a recent visit to Brazil...* não mencione a data da partida, provavelmente, a delegação quacre deixou o Brasil (Pernambuco) na segunda quinzena de dezembro de 1852. Em 15 de janeiro de 1853, eles chegaram a Southampton. A versão completa do *Memorial* somente foi publicada pelo *Jornal do Commercio*, em 11 de fevereiro de 1853, quando os quacres já estavam na Inglaterra. Não foi possível, entretanto, descobrir por que o *Memorial* só foi publicado quase quatro meses depois de ter sido entregue ao Imperador, nem se os quacres pagaram pela sua publicação.<sup>17</sup>

### As relações entre a SCT e a BFASS

A SCT foi fundada no Rio de Janeiro em 7 de setembro de 1850 e a primeira sessão ordinária ocorreu em 12 de setembro. A escolha desta data buscava estabelecer uma correspondência entre a fundação da entidade e a efeméride da Independência, de modo a sugerir que o fim da escravidão representaria um avanço civilizacional.<sup>18</sup> É preciso chamar a atenção para o fato de que a SCT foi formalizada três dias após a aprovação da Lei

<sup>17</sup> *Jornal do Commercio*, 11 de fevereiro de 1853. p. 1-2. O exemplar do periódico digitalizado pela Biblioteca Nacional está ilegível em várias passagens, porém a mesma versão em português do *Memorial* entregue a D. Pedro II também foi entregue à rainha de Portugal, com as respectivas alterações do destinatário. A cópia que foi entregue à rainha encontra-se disponível em: <[http://tritych.brynawr.edu/cdm/ref/collection/SC\\_Broad/id/356](http://tritych.brynawr.edu/cdm/ref/collection/SC_Broad/id/356)>. Acesso em: 10 mar. 2016. É preciso mencionar, entretanto, que o documento em tela não traz a palavra "Memorial" em seu título. Ela foi adotada com o objetivo de facilitar a sua designação, já que em outras obras publicadas pela Sociedade Religiosa dos Amigos havia menção ao *Address* ou *Memorial* enviado aos soberanos das nações cristãs.

<sup>18</sup> *O Philantropo*, 6 de setembro de 1850; *Correio Mercantil*, 12 de setembro de 1850, p. 3; esse assunto foi tratado no discurso de Manoel Maria de Moraes e Valle, *O Philantropo*, 13 de setembro de 1850, p. 4; e nos textos de Frederico Leopoldo Cesar Burlamaqui, Manoel da Cunha Galvão e Leopoldo Augusto da Câmara Lima, *Correio Mercantil*, 27 de setembro de 1852, p. 1-2.

Eusébio de Queirós, que proibiu o tráfico transatlântico ilegal de escravos. Portanto, essa entidade não desempenhou qualquer papel na aprovação da lei de 1850. Sua atuação contra o tráfico se restringiu a publicar matérias na imprensa que cobravam do governo a efetiva implantação de medidas com vistas a reprimi-lo, a elogiar as atitudes repressivas das autoridades e a denunciar os desembarques clandestinos de escravos.<sup>19</sup>

Após a sua criação, em 1850, a SCT passou a ter como órgão de imprensa o jornal *O Philantropo*, cujo primeiro número tinha vindo a lume em 6 de abril de 1849.<sup>20</sup> Isso sugere que antes da institucionalização da SCT, alguns dos seus principais integrantes já estavam comprometidos com a causa antiescravista, pois eram responsáveis pela edição deste periódico, que se posicionava abertamente contra a escravidão. Em novembro de 1852, segundo a *Narrative of a recent visit to Brazil...*, a SCT contava com 215 membros e uma pesquisa recente sobre eles mostrou uma composição bastante heterogênea, embora os dois grupos predominantes fossem o dos militares e profissionais liberais.<sup>21</sup> Todavia, as profissões dos membros da SCT têm pouco poder explicativo sobre as suas linhas de atuação, uma vez que essa entidade, ainda que efetivamente militasse pelo fim da escravidão, assumiu um posicionamento bastante próximo ao da lavoura escravista no que se referia ao abastecimento de mão-de-obra para a agricultura voltada à exportação.

A criação e a manutenção da SCT, entretanto, não foram viabilizadas financeiramente por meio de contribuições dos sócios ou simpatizantes brasileiros da causa antiescravista. Leopoldo Augusto da Câmara Lima era o chefe da alfândega do Rio de Janeiro e bastante conhecido por suas posições antiescravistas, generosamente recompensadas por subornos britânicos.<sup>22</sup> Ele foi o principal responsável pela criação d' *O*

<sup>19</sup> Ver, por exemplo, o elogio ao comandante do vapor *Urânia* pelo aprisionamento de um navio negreiro que transportava 212 escravos, *Correio Mercantil*, 12 de outubro de 1850. p. 2; no mesmo periódico, ver as cobranças ao governo, 15 e 24 de outubro de 1850. p. 3. Ver ainda, *O Philantropo*, 3 de janeiro de 1851. p. 4; 10 de janeiro de 1851. p. 2.

<sup>20</sup> Na edição seguinte à criação da SCT, em 13 de setembro de 1850, *O Philantropo* passou a trazer como subtítulo "Órgão da Sociedade contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização e Civilização dos Indígenas".

<sup>21</sup> Cf. CANDLER, John; BURGESS, Wilson. *Op. cit.*, p. 42; KODAMA, Kaori. Os debates pelo fim do tráfico no periódico *O Philantropo* (1849-1852) e a formação do povo: doenças, raça e escravidão. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, n. 56, 2008, p. 426.

<sup>22</sup> A expressão "suborno", utilizada para designar os valores recebidos pelas autoridades ou por órgãos da imprensa brasileira, ainda que pareça um tanto forte, é bastante adequada. Da mesma forma que os traficantes de escravos subornavam algumas autoridades para conseguir realizar suas atividades, o *Foreign Office* também passou a subornar as autoridades para reprimir essas atividades, e aos órgãos de imprensa para defender posições contrárias ao tráfico e à escravidão. A historiografia, ao abordar as atividades britânicas contra a escravidão no exterior, enfatiza a estratégia de utilização do suborno. Ver BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1976, p. 8, 123-125, 258, 266, nota 3, 296, nota

*Philantropo* e da SCT, e também contou com financiamento britânico nessas empreitadas. Em 1849, o encarregado de negócios britânicos no Brasil, James Hudson, com a anuência de Lorde Palmerston, repassou-lhe um montante de £400 do Fundo do Serviço Secreto para a criação e manutenção d' *O Philantropo* e da SCT. *O Correio Mercantil*, um dos maiores jornais em circulação no Rio de Janeiro, que também repercutia as notícias referentes à SCT, era outro órgão de imprensa subornado pelo Fundo do Serviço Secreto.<sup>23</sup>

A estratégia do Estado britânico para promover o sentimento abolicionista no Brasil consistiu em incentivar a formação de uma sociedade antiescravista e seu respectivo órgão de imprensa, que se encarregaria de divulgar as propostas dessa sociedade. Ao subornar outros grandes jornais, como o *Correio Mercantil*, os britânicos garantiram uma cobertura mais solidária às suas ações de repressão ao tráfico, que se intensificaram no início dos anos 1850. Essa estratégia de subornar a imprensa brasileira para produzir versões mais favoráveis ao fim do tráfico de escravos também foi estendida para outras províncias do Império.<sup>24</sup>

*O Philantropo* existiu de abril de 1849 a meados de 1852, e cobriu o período de maior atividade da SCT, bem como o momento de maior dificuldade na repressão ao tráfico de escravos. A partir de junho de 1852, quando se encerraram as atividades d' *O Philantropo*, as notícias sobre a SCT e suas convocatórias para reunião passaram a ser publicadas nos grandes jornais da Corte, em especial no *Correio Mercantil*.

Em relação às propostas de combate à escravidão, elaboradas pela Sociedade contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização e Civilização dos Indígenas, seu longo e um tanto dissimulado nome sugeria que sua principal preocupação consistia em defender medidas que garantissem o fornecimento de mão-de-obra para a lavoura. A ideia de impulsionar a criação de colônias para estrangeiros e brasileiros, bem como promover a "civilização" dos indígenas, medidas sugeridas por seu nome, tinha claramente essa finalidade. O máximo a que a SCT se dispunha a propor contra a escravidão era a adoção de medidas que visassem a enfraquecê-la no futuro. Somente depois que o país dispusesse

---

4; ELTIS, David. *Economic Growth and the End of the Transatlantic Slave Trade*. New York: Oxford University Press, 1987, p. 115-116, 141, 152.

<sup>23</sup> ELTIS, David. *Op. cit.*, 1987. p. 115; THOMAS, Hugh. *The Slave Trade: the History of the Atlantic Slave Trade, 1440-1870*. Nova York: Touchstone, 1997. p. 740.

<sup>24</sup> Cf. ELTIS, David. *Op. cit.*, 1987. p. 115; BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil*, p. 296-7.

de um contingente de trabalhadores livres suficiente para a manutenção das atividades agrícolas, então seriam adotadas medidas diretas para extinguir a escravidão.<sup>25</sup>

Essa posição já se tornou evidente a partir do momento que surgiram suas primeiras propostas. Em novembro de 1850, a SCT propôs que o governo auxiliasse com duzentos contos o estabelecimento de companhias privadas de colonização, de modo a favorecê-las durante o início de seus empreendimentos. Propôs ainda que o governo pagasse durante alguns anos um percentual de juro ao capital empregado por essas companhias. Alguns meses depois, em julho de 1851, a SCT explicitou um pouco melhor seu projeto de colonização. Para as cidades em que não houvesse atuação das companhias de colonização, "haverá um depósito público de colonos transportados por conta do governo para serem alugados". Na Corte e imediações, o governo se encarregaria de criar "um depósito central de colonos". Nas cidades marítimas e capitais de província deveria ser adotado o mesmo procedimento.<sup>26</sup>

Contudo, sem motivo aparente, as notícias sobre as propostas da SCT praticamente desapareceram da imprensa do Rio de Janeiro durante todo o ano de 1851, exceto em *O Philantropo*. A única exceção foi um texto assinado por Caldre e Fião que tentava rebater críticas surgidas no *Jornal do Commercio*, que acusavam *O Philantropo* de ser uma folha da oposição liberal e aliada aos britânicos. Hoje se sabe que as respostas de Caldre e Fião, ao alegarem isenção do periódico e louvarem os esforços de "um nosso amigo, o Sr. Leopoldo", responsável pelas ações que possibilitaram a criação do periódico, não correspondiam à verdade.<sup>27</sup> Como já foi explicitado, além d' *O Philantropo*, o próprio Leopoldo da Câmara recebia suborno do Fundo do Serviço Secreto britânico. De todo modo, a querela demonstra que os contemporâneos, ainda que não tivessem provas, suspeitavam que os britânicos estivessem envolvidos no patrocínio ao antiescravismo brasileiro.

Em abril de 1852, a SCT elaborou um projeto para estabelecer colônias e eliminar gradualmente a escravidão. Publicado num opúsculo, esse projeto foi entregue ao Imperador em julho e novecentas cópias foram distribuídas para autoridades de todo o país. Especificamente em relação à escravidão, as principais propostas eram: impedir a aquisição de escravos por estrangeiros; conceder liberdade aos nascituros de ventre

<sup>25</sup> Num texto sobre o tráfico de escravos, J. A. do Valle Caldre e Fião contestava aqueles que propagavam caluniosamente que a SCT "é abolicionista, que pretende a emancipação repentina dos escravos no Brasil", *O Philantropo*, 15 de novembro de 1850. p. 1.

<sup>26</sup> *Correio Mercantil*, 6 de novembro de 1850. p. 3. *O Philantropo*, 18 de julho de 1851. p. 1-2.

<sup>27</sup> *Correio Mercantil*, 22 de março de 1851. p. 2.

escravo; permitir que o escravo constituísse um pecúlio para que pudesse comprar sua alforria; e criar um imposto progressivo sobre a posse de escravos.<sup>28</sup>

A partir de meados de junho de 1852, com a extinção de *O Philantropo*, a SCT perdeu o seu órgão de imprensa. Daí em diante, ela recorreu ao *Correio Mercantil* para divulgar as suas ações.

E uma delas, ainda em 1852, visava a promover o desenvolvimento das colônias agrícolas já existentes. Pelo *Correio Mercantil*, é possível constatar que a SCT estava empenhada em auxiliar o progresso da colônia do Valão dos Veados. Essa colônia fora montada em 1847 por Eugênio Aprígio da Veiga, no município de São Fidélis, na região de Campos. A maior parte de seus habitantes era composta de portugueses, e seus progressos, apesar das dificuldades, foram considerados promissores. Todavia, dez anos depois os colonos haviam se dispersado e a experiência malogrou.<sup>29</sup>

Ainda neste ano, em dezembro, a SCT apoiou um projeto do deputado Silva Guimarães que propunha a liberdade aos nascituros. Este projeto também previa a formalização do pecúlio e a proibição da venda separada de cônjuges escravos.<sup>30</sup>

A partir de 1853, as publicações da SCT praticamente sumiram do *Correio Mercantil*. A última convocatória para as reuniões da SCT, neste periódico, apareceu em 5 de agosto de 1853; no *Diário do Rio de Janeiro*, outro grande jornal do Rio, em 5 de outubro ainda apareceu uma convocação.<sup>31</sup>

Esses dados indicam que a SCT provavelmente suspendeu suas atividades formais no final de 1853. Tal conclusão é corroborada pelo fato de que durante o ano de 1854 não foi possível localizar nenhuma notícia sobre a SCT nos jornais cariocas.

Entretanto, em maio de 1855, a SCT fez publicar em três jornais do Rio de Janeiro uma nota assinada por Manoel da Cunha Galvão, seguida por uma tradução da carta que L. A. Chamerovzow, então secretário da BFASS, havia remetido à SCT. Nessa carta, o remetente afirmava que há 18 meses havia enviado outra missiva por meio de terceiro e

<sup>28</sup> *Correio Mercantil*, 30 de julho de 1852. p. 1. O opúsculo em que foram compiladas as medidas chama-se: *Systhema de medidas adoptaveis para a progressiva e total extinção do trafico, e da escravatura no Brasil*. Confeccionado e approvedo pela Sociedade contra o Trafico de Africanos, e Promotora da Colonisação e Civilisação dos Indigenas. Rio de Janeiro: Typographia do Philanthropo, 1852.

<sup>29</sup> *Correio Mercantil*, 23 de julho de 1852. p. 4. COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*, p. 158; LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. *Da escravidão ao trabalho livre: Brasil, 1550-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 464.

<sup>30</sup> *Correio Mercantil*, 10 de dezembro de 1852. p. 1.

<sup>31</sup> *Correio Mercantil*, 5 de agosto de 1853. p. 3; *Diário do Rio de Janeiro*, 5 de outubro de 1853. p. 3.

que, desde o retorno dos Srs. Candler e Burgess do Brasil, estava ansioso para estabelecer correspondência com a SCT.

Tal fato indica que, ao retornarem à Grã-Bretanha, os viajantes quacres informaram à BFASS que havia uma sociedade "aboliconista" em funcionamento no Brasil. Logo, o secretário da instituição britânica tentou estabelecer o primeiro contato, ao qual não obtivera resposta. Um ano e meio depois, ele entrou em contato novamente e, a partir de então, ocorreu uma troca de correspondência entre a BFASS e a SCT. Esse episódio indica que a SCT, embora tivesse recebido suborno do governo britânico, por meio do Fundo do Serviço Secreto, não manteve relações com a BFASS antes de 1855.<sup>32</sup>

Num dos parágrafos da carta, Chamerovzow abria as portas da BFASS à SCT, e se colocava à disposição para a troca de informações:

Nós, por nosso lado, nos consideraremos extremamente felizes de vos fornecer todas as informações que possuímos concernentes ao resultado do grande ato da emancipação. Eu vos remeto inclusa a cópia do relatório da conferência contra a escravidão que teve lugar em Londres nos dias 29 e 30 de novembro último. Vós vereis que ele contém muitos fatos interessantes que demonstram até que ponto tem prosperado a emancipação.<sup>33</sup>

Ao entrar em contato com a SCT, a BFASS punha em ação a sua principal estratégia de difusão do abolicionismo, que consistia em apoiar a formação e manutenção de sociedades abolicionistas ao redor do mundo. Ela também se prontificava a transmitir as informações recebidas por meio de seus correspondentes em vários países, além de, obviamente, solicitar informações precisas sobre a situação da escravidão e dos movimentos para combatê-la no país de origem da sociedade auxiliar. A menção à conferência, ocorrida em 1854, devia-se ao fato de que John Candler, que retornou do Brasil no ano anterior, participou da Conferência Abolicionista de Londres, como delegado por Chelmsford, e proferiu uma palestra sobre a "Condição da questão abolicionista no Brasil".<sup>34</sup>

<sup>32</sup> Nessa época, a BFASS era a única sociedade abolicionista britânica com estatura nacional. As demais entidades existentes na Grã-Bretanha eram sociedades provinciais, quase todas auxiliares da BFASS.

<sup>33</sup> *Correio Mercantil*, 21 de maio de 1855. p. 2; *Diário do Rio de Janeiro*, 21 de maio de 1855. p. 2; *Jornal do Commercio*, 21 de maio de 1855. p. 2.

<sup>34</sup> *London Anti-Slavery Conference. Papers read on the principal subjects submitted to the Anti-Slavery Conference held at the London Tavern on the 29<sup>th</sup> and 30<sup>th</sup> of November 1854*. London: Prepared and issued under the direction of the Committee of the British and Foreign Anti-Slavery Society, s.d., p. 23-24. Na década anterior, em 1840 e 1843, a BFASS organizou dois congressos abolicionistas mundiais. Em decorrência de desentendimentos com o movimento abolicionista norte-americano e com as alas do movimento abolicionista britânico fiéis aos garrisonianos tornou-se pouco propícia a organização de novos congressos nesses moldes. Todavia, com a substituição do secretário da BFASS, John Scoble, por L. A.

Na referida carta, Chamerovzow ainda instou seu colega brasileiro a dar publicidade por meio da imprensa ou qualquer outro veículo à fala de Candler na Conferência de Londres. E se comprometeu a enviar regularmente o *Anti-Slavery Reporter* à SCT. Em contrapartida, o secretário da BFASS solicitava que lhe fossem remetidas informações sobre o

número atual de população escrava nas diferentes províncias do Brasil, a proporção dos machos para as fêmeas, número de crianças, e se a população aumenta ou diminui; também alguma notícia do tráfico de escravos de província para província, o qual nos consta que tem diminuído, conquanto ainda tenha lugar em grande escala. Também seria útil a comparação do salário pago pelo trabalho do escravo alugado com o do trabalho branco livre. Poderíeis com vantagem adicionar uma informação do preço dos escravos atualmente, e se depois da abolição do tráfico de escravos tem havido um grande aumento no seu valor atual, e qual o acréscimo.<sup>35</sup>

Ainda que o tom da carta indicasse extrema afabilidade, a franqueza teve presença marcante numa passagem em que Chamerovzow expressou possíveis divergências entre a entidade britânica e a brasileira: "penso que a vossa sociedade não tem as mesmas vistas que nós sobre o objeto da extinção da escravatura; contudo, a comunicação recíproca de opiniões pode conduzir a uma assimilação mais completa".<sup>36</sup> Como o secretário da BFASS só obteve informações da SCT por meio dos visitantes quacres, eles devem ter lhe transmitido advertências sobre as diretrizes da instituição brasileira.

Uma vez que ambas as instituições defendiam a extinção da escravidão, quais poderiam ser as divergências sugeridas por Chamerovzow? Elas se refeririam à forma de se encaminhar a campanha contra a escravidão, aos métodos empregados, ou à gradualidade da extinção, tal como propagada pela SCT, em oposição ao fim imediato defendido pela BFASS? Somente por essa carta seria impossível apresentar uma resposta precisa para a questão. De todo modo, Chamerovzow parecia acreditar que tais divergências poderiam ser dirimidas caso se estabelecesse uma proximidade entre as duas instituições.

Uma semana depois da publicação da carta de Chamerovzow, Manoel da Cunha Galvão, tal como lhe solicitara o secretário da BFASS, mandou publicar a tradução da fala de Candler na Conferência de 1854. Embora alertasse aos leitores brasileiros que Candler

---

Chamerovzow, mais simpático a uma reaproximação dos movimentos, foi organizada, em 1854, a Conferência de Londres. A experiência se mostrou infrutífera, e as divergências entre as facções praticamente eliminaram qualquer possibilidade de aproximação. Cf. TEMPERLEY, Howard. *Op. cit.*, p. 242-244.

<sup>35</sup> *Correio Mercantil*, 21 de maio de 1855. p. 2.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 2.



estava "pouco informado em algumas notícias que apresenta a respeito desta questão [o andamento da abolição da escravidão no Brasil]", Galvão aproveitou a oportunidade para afirmar sem modéstia que, em geral, as asserções do abolicionista estavam corretas, "por ter bebido as suas informações entre nós e no seio da sociedade contra o tráfico".<sup>37</sup>

Ao final da mesma semana, Galvão fez publicar uma carta aberta sua em resposta à de Chamerovzow, que lhe solicitara informações a respeito da escravidão brasileira. Nessa correspondência, na qual Galvão se apresentou pela primeira e única vez como 2º secretário da SCT, ele informava que, como a entidade

não podia tomar logo por fim a extinção da escravatura, começou por onde devia começar, pela extinção do tráfico; ou como muito bem disse o presidente da sociedade na sessão da abertura, são três os fins a que se propõe a sociedade: 1º empregar todos os meios lícitos que forem consentâneos para impedir e acabar com o tráfico de escravos africanos; 2º promover da mesma forma a emigração e colonização de povos europeus, que civilizados pelo trabalho venham compartilhar conosco as riquezas naturais com que a natureza dotou o nosso grande país; 3º procurar quanto em nós estiver a civilização e colonização dos indígenas.<sup>38</sup>

Na mesma carta, Galvão informava ao secretário da BFASS que estava lhe encaminhando uma cópia das medidas elaboradas pela SCT para a progressiva e total extinção da escravidão no Brasil. Ao que acrescentou: "pela leitura deste folheto vereis que a sociedade contra o tráfico do Rio de Janeiro acha-se hoje no mesmo pé que a sociedade Britânica e Estrangeira contra a escravidão [sic]". Esta observação, provavelmente, foi uma resposta às eventuais divergências entre BFASS e a SCT, levantadas por Chamerovzow em sua primeira missiva.

As informações a respeito da situação da escravidão no Brasil, transmitidas por Galvão nessa carta, merecem ser reproduzidas quase na íntegra, pois demonstram que o antiescravista brasileiro não dispunha de informações precisas que pudessem ser transmitidas ao seu consorte na Grã-Bretanha:

Não me é possível nesta carta dar-vos conta do progresso que tem feito o trabalho livre no cultivo das fazendas, porque seria necessário apresentar-vos um relatório demasiado longo; dir-vos-ei somente que se trabalha atualmente com eficácia no Brasil para introdução de colonos. [...] Os governos das províncias quase todos vão seguindo o exemplo dado pelo governo geral e têm formado contratos para introdução de colonos, empresas particulares têm se organizado para este fim [...].

<sup>37</sup> *Ibidem*, 28 de maio de 1855. p. 2; *Diário do Rio de Janeiro*, 27 de maio de 1855. p. 2; *Jornal do Commercio*, 28 de maio de 1855. p. 2.

<sup>38</sup> *Correio Mercantil*, 1 de junho de 1855. p. 2; *Diário do Rio de Janeiro*, 2 de junho de 1855. p. 2.

Não vos posso apresentar dados estatísticos que sirvam para demonstrar a vantagem do trabalho livre sobre o trabalho escravo no Brasil, porque seria preciso entrar em considerações muito extensas e que não podem ter cabimento numa carta. Cumpre, contudo, dizer-vos que nas obras públicas em geral prefere-se e paga-se mais caro o serviço livre, o que é uma prova evidente da vantagem deste sobre aquele.

[...] Sinto não vos poder fornecer a estatística dos escravos do Brasil: não tenho notícia de recenseamentos, feitos nas diferentes províncias, existindo apenas o da província do Rio de Janeiro.

O tráfico interno de província a província infelizmente ainda progride; porém as províncias têm imposto tantos entraves que ele terá de se extinguir.

[...] Posso asseverar-vos que naquela província [Rio Grande do Sul] a extinção da escravatura se verificará em poucos anos, independente de qualquer medida tendente àquele fim; o que também se verificará e com mais alguma demora no resto do Brasil.

[...] Quanto ao preço dos escravos de que vós pedis uma informação, tenho a dizer-vos que hoje no Rio de Janeiro, qualquer escravo vale um conto de réis, e tendo habilidades e sendo ainda moço, pode valer dois contos de réis; entretanto, antigamente valiam apenas quatrocentos mil réis.<sup>39</sup>

Além de não dispor de informações precisas, a carta de Galvão indicava que o Brasil, depois da visita dos quacres, não havia adotado qualquer medida efetiva para combater ou extinguir a escravidão. E esse parece ser um ponto bastante embaraçoso para o antiescravista brasileiro, pois, a rigor, ele não dispunha de nenhuma novidade para relatar. Levando-se em consideração que há quase dois anos a SCT não propunha nenhuma nova medida contra a escravidão e nem sequer estava publicando as convocatórias para as suas reuniões, é bastante provável que a entidade brasileira só "existia" graças às publicações que passou a veicular na imprensa. Portanto, o "folheto" da SCT, que Galvão encaminhou à BFASS, embora já contasse três anos de existência, era aquilo de mais avançado que o antiescravista brasileiro podia apresentar ao seu colega britânico. Mas Galvão, sabiamente, aproveitava o prestígio auferido pela troca de correspondência com a BFASS para manter pelo menos a aparência de atividade da instituição e garantir o vínculo de seu próprio nome à causa.<sup>40</sup>

Pouco mais de um mês depois, em 19 de julho de 1855, Galvão mandou publicar uma tradução de um texto do *Anti-Slavery Reporter* que se referia ao Brasil. O texto trazia informações detalhadas sobre a situação da escravidão em várias províncias do Império, mencionava o tráfico interprovincial e os respectivos preços de escravos nas províncias.

<sup>39</sup> *Ibidem*, p. 2.

<sup>40</sup> Quase trinta anos depois, ocorreu um fato semelhante entre a BFASS e a Sociedade Brasileira contra a Escravidão – SBCE. Para manter a aparência de que a SBCE estava em funcionamento, Joaquim Nabuco, que estava na Inglaterra e queria ser considerado pela BFASS como o presidente da entidade brasileira, escreveu a seu amigo Adolfo de Barros: "o que eu quisera é que uma vez por mês pelo menos vocês fizessem uma reunião da Junta e publicassem a ata". NABUCO, Joaquim. *Cartas a amigos*, v. 1, São Paulo: Progresso, 1949. p. 86.

Criticava ainda um decreto brasileiro que previa "a emancipação no fim de 14 anos de serviço aos africanos chamados livres, engajados por particulares que os requerem". O texto do *Reporter* alegava que os patrões poderiam ludibriar os africanos, e "o termo de 14 anos é demasiado longo para estes indivíduos inofensivos, que desde muito tempo têm direito positivo à liberdade sem condições, em virtude de estipulações do tratado [com a Inglaterra]"<sup>41</sup>

O mais importante desta matéria, contudo, é a pequena introdução que Galvão escreve ao texto do *Reporter*, onde procura definir as diferenças entre o antiescravismo britânico, o francês e o brasileiro:

Não vamos por espírito de imitação exaurir os nossos cofres, libertando escravos a exemplo do que praticaram a Inglaterra e a França, e causar grandes revoluções no país; porém, demos o primeiro passo, seja ele qual for, e marchemos deste ponto em diante tão lentamente quanto seja conveniente.<sup>42</sup>

Com essa distinção, além de não acirrar ainda mais os ânimos brasileiros contrários às medidas antiescravistas, Galvão explicitava que os passos na direção da extinção da escravidão no Brasil seriam lentos e definidos de acordo com as condições do próprio país. O Brasil não possuía os recursos financeiros para indenizar os proprietários de escravos e realizar uma emancipação semelhante à da Grã-Bretanha ou da França.<sup>43</sup>

Ao final do mesmo ano foi publicada outra matéria do *Reporter* com uma pequena introdução de Galvão, informando que estava recebendo mensalmente o periódico da BFASS. A publicação dessa matéria mais uma vez sugere que se tratava de um mero expediente para dar visibilidade à SCT, pois o texto reproduzia uma reunião abolicionista em Nova Iorque, onde foram debatidas questões relativas estritamente à escravidão norte-americana e o seu não-reconhecimento pela constituição daquele país.<sup>44</sup> Parece que na

---

<sup>41</sup> *Correio Mercantil*, 19 de julho de 1855. p. 2. O que estava em questão era a liberdade dos africanos que haviam sido "libertados" pelos cruzadores britânicos ou autoridades brasileiras dos navios negreiros. E o *Reporter* estava se referindo ao decreto em que Nabuco de Araújo, então Ministro da Justiça, ordenava que "os africanos livres, que tiverem prestado serviços a particulares pelo espaço de 14 anos, sejam emancipados quando o requeiram". Cf. Decreto 1.303, de 28 de dezembro de 1853. In: *Coleção de Leis do Império do Brasil*, 1853, v. 1, pt. II, p. 420.

<sup>42</sup> *Correio Mercantil*, 19 de julho de 1855. p. 2.

<sup>43</sup> A Grã-Bretanha indenizou em 20 milhões de libras os proprietários de escravos das Índias Ocidentais que foram afetados pelas medidas emancipacionistas da década de 1830. O mesmo ocorreu com os proprietários franceses em 1849, quando foi estipulada uma indenização de 123 milhões de francos pela perda de seus escravos no ano anterior. Cf. TEMPERLEY, *Op. cit.*, p. 17; BLACKBURN, Robin. *The American Crucible. Slavery: emancipation and Human Rights*. London: Verso, 2013. p. 395-396.

<sup>44</sup> *Correio Mercantil*, 19 de dezembro de 1855, p. 1-2.

ausência de assunto relevante, qualquer matéria sobre abolicionismo poderia servir de mote para a visibilidade da SCT.

A próxima publicação da SCT sobre suas relações com a BFASS só ocorreu em agosto de 1856. Todavia, essa matéria sugere que o Comitê da BFASS e Manuel da Cunha Galvão mantiveram uma correspondência constante entre maio de 1855 e agosto de 1856. Como de costume, na introdução que escreveu ao texto do *Reporter*, traduzido e publicado no *Correio Mercantil*, Galvão afirmava que, embora no Brasil os esforços da SCT não fossem reconhecidos, a imprensa inglesa valorizava os trabalhos da entidade brasileira, principalmente depois da confecção do *Systhema de medidas para a progressiva e total extinção da escravatura no Brasil*. Os motivos dessa afirmação decorriam da seguinte passagem do *Reporter*, também publicada pelo *Correio Mercantil*:

Vossa comissão [o comitê da BFASS] pensa não estar em erro atribuindo a iniciação das medidas acima referidas aos esforços da sociedade contra a escravidão do Rio de Janeiro [sic], que conta entre seus membros alguns dos mais distintos filantropos do Brasil. Os seus princípios estão de acordo com os nossos, e diversas comunicações muito agradáveis têm tido lugar entre a vossa comissão e o Sr. Galvão, secretário da sociedade, que mandou publicar em diversos jornais do Rio um longo artigo sobre a abolição do tráfico de escravos e da escravidão no Brasil, que lhe dirigiu o vosso secretário.<sup>45</sup>

O texto do *Reporter* ainda dizia que "a cessação do tráfico de africanos no Brasil deve ser considerada como um fato consumado" e que o sentimento abolicionista avançava no país. Elogiava ainda o decreto de 10 de janeiro de 1855, que impedia o transporte de escravos sem passaporte de uma província a outra e via nele um poderoso instrumento para restringir tal prática. Documentos oficiais da época e pesquisas recentes indicaram que os abolicionistas britânicos depositaram confiança demasiada nesta restrição, pois o tráfico interprovincial brasileiro – do Norte para o Sul – funcionou muito intensamente até o início da década de 1880.<sup>46</sup>

A última publicação da SCT sobre sua relação com os abolicionistas britânicos ocorreu em dezembro de 1858, depois de uma lacuna de mais de dois anos. Tratava-se da reprodução de um artigo de jornal inglês, que comentava o "33º relatório da sociedade de Senhoras amigas dos negros, a qual compreende Birmingham, Leicester, West Brounswich, Wednesbury e suas respectivas vizinhanças". Como o texto mencionava o Brasil, Galvão

<sup>45</sup> *Ibidem*, 18 de agosto de 1856, p. 1.

<sup>46</sup> Cf. LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. *Op. cit.*, p. 75; COSTA, Emília Viotti da. *Op. cit.*, p. 101-105; CONRAD, Robert. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 187-207; ELTIS, David. *Op. cit.*, p. 8.

aproveitou a oportunidade para mais uma vez mostrar como os abolicionistas britânicos reconheciam os esforços brasileiros para combater o tráfico de escravos:

É mui agradável saber pelas fontes melhores e mais modernas informações, que a sociedade tem ao seu alcance – de que não se pode mais pôr em dúvida que o governo do Brasil extinguiu completamente o tráfico de escravos. Se continuar a precedente política liberal que dirige os conselhos do imperador, devemos esperar a completa emancipação dos escravos no império em período não muito remoto. Logo que tão feliz consumação se efetuar, poderá o Brasil com a sua variedade de clima e vastos recursos de produção rivalizar em pouco tempo em grandeza comercial, e muito mais merecidamente, com a República do continente do norte.<sup>47</sup>

Com essa publicação, encerraram-se as matérias na imprensa sobre as relações entre a BFASS e a SCT. De maio de 1855 a dezembro de 1858, Manoel da Cunha Galvão publicou sete matérias nos jornais do Rio de Janeiro, sempre exaltando a forma como os esforços da SCT eram reconhecidos pela opinião pública britânica. Não se sabe ao certo quando a SCT encerrou suas atividades. Contudo, até 1865, Chamerovzow, então secretário da BFASS, ainda manteve correspondência com Galvão.<sup>48</sup>

Os episódios narrados acima, em primeiro lugar, indicam que o antiescravismo brasileiro esteve fortemente ligado ao abolicionismo britânico, quer pela sua dependência financeira do Estado britânico, através dos subornos recebidos do Fundo do Serviço Secreto, quer pelos seus contatos com a BFASS. Tais episódios permitem, portanto, colocar em dúvida a espontaneidade da atuação antiescravista de alguns membros da SCT e de veículos da imprensa brasileira, uma vez que recebiam subornos por tais atividades.

Por outro lado, o antiescravismo brasileiro não se rendeu ao imperialismo cultural e econômico britânico. Ele soube elaborar de forma relativamente independente suas estratégias, bem como definir a velocidade que julgou adequada impor ao movimento nativo. Os antiescravistas brasileiros souberam discernir pragmaticamente as dificuldades distintas enfrentadas por ambos os movimentos e, a partir da situação local, definir as melhores formas de encaminhar a questão. Isso, obviamente, não significava desprezar as estratégias e os métodos há décadas desenvolvidos pelo movimento abolicionista britânico; significava, entretanto, como deixou muito bem claro Manoel da Cunha Galvão,

<sup>47</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 16 de dezembro de 1858, p. 1; *Jornal do Commercio*, 12 de dezembro de 1858, p. 2.

<sup>48</sup> ALONSO, Angela. *Op. cit.*, p. 376, nota 17.

não recorrer ao "espírito de imitação" e conduzir a solução de acordo com as possibilidades do país.

Os episódios da relação da BFASS com a SCT no final dos anos 1850, retratados neste artigo, permitem afirmar que a entidade britânica procurou auxiliar e estimular o nascente antiescravismo brasileiro. E, considerando as demais pesquisas historiográficas, já mencionadas acima, observa-se que a BFASS manteve influência sobre o antiescravismo/abolicionismo brasileiro até a abolição da escravidão no Brasil, em 1888, bem como procurou pressionar diretamente as autoridades governamentais e os membros da família imperial para que adotassem medidas com vistas a combater a escravidão.

---

**Data de recebimento do Artigo:** 14/04/2016

**Data de aprovação do Artigo:** 10/01/2017

---

### **Referências Bibliográficas:**

#### **Fontes Documentais:**

#### **Periódicos:**

*Anti-Slavery Reporter*

*Coleção de Leis do Império do Brasil*

*Correio Mercantil*

*Diario do Rio de Janeiro*

*Jornal do Commercio*

*O Philantropo*

#### **Fontes diversas:**

*British and Foreign Anti-Slavery Society for the abolition of Slavery and Slave-trade throughout the World.* Address. London: Johnston and Barrett, s.d. [1939], p. 1.

CANDLER, John. *Brief Notices of Hayti: with its conditions, resources and prospects.* London: Thomas Ward and Co., 1842.

\_\_\_\_\_. *West Indies: extracts from the Journal of John Candler, whilst travelling in Jamaica.* Part I. London: Harvey and Darton, 1840.

- \_\_\_\_\_. *West Indies: extracts from the Journal of John Candler, whilst travelling in Jamaica. Part II.* London: Harvey and Darton, 1841.
- \_\_\_\_\_.; BURGESS, Wilson. *Narrative of a recent visit to Brazil by John Candler and Wilson Burgess, to present an address on the slave-trade and slavery; issued by the Religious Society of Friends.* London: Edward Marsh, 1853.
- London Anti-Slavery Conference.* Papers read on the principal subjects submitted to the Anti-Slavery Conference held at the London Tavern on the 29<sup>th</sup> and 30<sup>th</sup> of November 1854. London: Prepared and issued under the direction of the Committee of the British and Foreign Anti-Slavery Society, s.d.
- Narrative of the Presentation to Sovereigns and those in Authority of the Address of the Yearly Meeting on the Slave-Trade and Slavery.* London: Edward Newman, 1854.
- Proceedings of the General Anti-Slavery Convention, Called by the Committee of the British and Foreign Anti-Slavery Society and held in London, from Tuesday, June 13<sup>th</sup> to Tuesday, June 20<sup>th</sup> 1843.* London: British and Foreign Anti-Slavery Society, 1843.
- Systhema de medidas adoptaveis para a progressiva e total extincção do trafico, e da escravatura no Brasil.* Confeccionado e aprovado pela Sociedade contra o Trafico de Africanos, e Promotora da Colonisação e Civilisação dos Indigenas. Rio de Janeiro: Typographia do Philanthropo, 1852.
- THORNBROUGH, Gayle (ed.). *A Friendly Mission.* John Candler's letters from America – 1853–1854. Indiana: Indiana Historical Society, 1951.

#### Referências bibliográficas:

- ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas.* O movimento abolicionista brasileiro. 1868–1868. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807–1869.* Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1976.
- \_\_\_\_\_.; CARVALHO, José Murilo de. *Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos.* Correspondência, 1880–1905. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.
- BLACKBURN, Robin. *The American Crucible: slavery, emancipation and human rights.* London: Verso, 2013.
- CARNEIRO, Édison. A Lei do Ventre-livre. *Afro-Ásia*, n. 13, 1980, p. 13–25.

- CONRAD, Robert. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.
- CRAWFORD, Elizabeth. *The Women's Suffrage Movement. A Reference Guide, 1866-1928*. London: UCL Press, 1999.
- DAVIS, David Brion. Antislavery or Abolitionism. *Reviews in American History*, v. 1, n. 1, mar., 1973, p. 95-99.
- DRESCHER, Seymour. *Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- ELTIS, David. *Economic Growth and the End of the Transatlantic Slave Trade*. New York: Oxford University Press, 1987.
- HUGH, Thomas. *The Slave Trade: the History of the Atlantic Slave Trade, 1440-1870*. Nova York: Touchstone, 1997.
- HUZZEY, Richard. *Freedom Burning: anti-slavery and Empire in Victorian Britain*. Ithaca: Cornell University Press, 2012.
- KODAMA, Kaori. Os debates pelo fim do tráfico no periódico *O Philantropo* (1849-1852) e a formação do povo: doenças, raça e escravidão. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, n. 56, 2008.
- LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. *Da escravidão ao trabalho livre. Brasil, 1550-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- MIDGLEY, Clare. *Women Against Slavery: the British Campaigns, 1780-1870*. London: Routledge, 1992.
- NABUCO, Joaquim. *Cartas a amigos*. v. 1. São Paulo: Progresso, 1949.
- \_\_\_\_\_. *O Abolicionismo*. Londres: Abraham Kingdon, 1883.
- RÉ, Henrique Antonio. "Missão nos Brasis: a BFASS e a organização de uma missão abolicionista secreta ao Brasil no início da década de 1840. *Revista de História*, n. 174, jan.-jun., 2016, p. 66-100.
- ROCHA, Antonio Penalves. *Abolicionistas brasileiros e ingleses: a coligação entre Joaquim Nabuco e a British and Foreign Anti-Slavery Society (1880-1902)*. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.
- SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.



TEMPERLEY, Howard. *British Antislavery: 1833-1870*. Columbia: University of South Carolina Press, 1972.

THOMAS, Hugh. *The Slave Trade: the History of the Atlantic Slave Trade, 1440-1870*. Nova York: Touchstone, 1997.